

Notas de Apresentação

Neste século tiveram já lugar acontecimentos relevantes para a humanidade. A nível global terminou o ciclo dos Objetivos do Milénio (ODM, o que não foi totalmente conseguido) e começou o ciclo Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a correspondente Agenda Global de Desenvolvimento 2030. Ocorreu a cimeira Rio +20, e encontros sobre o clima com destaque para a Cimeira de Paris de 2015. Foi também lançada a estratégia 2020 e textos subsequentes a nível da União Europeia, estados membros, regiões e municípios.

Constata-se, no entanto, que aumentaram algumas assimetrias entre países e também no interior de países, e ainda, que aumentou também o fosso entre os mais ricos e os mais pobres, num contexto em que se continua a fazer sentir os efeitos de uma crise com consequências económicas e sociais gravosas, e cuja reversão satisfatória ainda não é possível antever.

Neste contexto, podemos observar, a vários níveis de análise territorial, que já soçobraram várias iniciativas das quais muito se esperava, enquanto outras, que, entretanto, têm emergido, se apresentam como prometedoras.

Esta dinâmica contraditória vem reforçar a necessidade de aprofundamento da reflexão crítica sobre as teorias e os conceitos porque nos regemos, das experiências que vivemos e do que com elas temos aprendido, pelo que apresentamos neste número 2 da revista *Desenvolvimento e Sociedade*, um conjunto de trabalhos resultantes de *working-papers*, reflexões críticas e perspetivas analíticas das ciências sociais, em geral, e da área da sociologia do desenvolvimento, em particular, abordando os autores as diferentes lógicas que subjazem nas dinâmicas territoriais e sociais inerentes às áreas de transição e ou territórios de baixa densidade, assim como, artigos (*research papers*, *short papers*) relacionados com sínteses dos trabalhos de jovens investigadores e outros de natureza mais metodológica.

No primeiro artigo, Cláudia Araújo apresenta uma síntese duma análise comparativa de dois textos internacionais da área dos Direitos das Mulheres, (CEDAW e Declaração e Plataforma de Pequim), e sua aplicação e instrumentalização por duas ONGs (Women Living Under Muslim Laws e a Karama) que operam maioritariamente em países de maioria muçulmana. A autora demonstra que, mais do que uma mera luta feminista, estas organizações utilizam os textos internacionais como forma de legitimação e instrumento de ativismo em prol dos Direitos Humanos das Mulheres.

Jose Ampagatubó apresenta um artigo que renova o olhar sobre o tema do desenvolvimento. Para o autor, as diferentes perspetivas sobre o desenvolvimento têm sido marcadas por um vínculo às ideias produtivistas dos países “Norte”, cuja aplicação *ipsis verbis*, nos países do “Sul”, não resultaram em benefícios e ou mudanças significativas, na medida em que teimam subsistir os problemas do subdesenvolvimento no seio das populações locais, entre as quais o analfabetismo e as baixas taxas de esperança de vida à nascença. Para o autor é necessário repensar as lógicas do desenvolvimento, considerando fulcral a adoção de uma perspetiva de integração, multidisciplinar e transdisciplinar.

António Pedro Marques lança um debate sobre o conceito de desenvolvimento, criticando em primeiro lugar os limites dos pressupostos dos paradigmas da modernização e da dependência, abrindo em seguida a sua reflexão sobre os eixos da matriz conceptual dum desenvolvimento alternativos, enfatizando a importância do olhar sociológico sobre o desenvolvimento social, o crescimento do capital humano, o papel e as capacidades das comunidades locais no desenvolvimento endógeno. Para o autor, é através das conjunções e responsabilização das redes de cooperação, privilegiando a articulação do local com o global, do indivíduo e do coletivo com as várias esferas sociais que se estruturam os elementos funda-

mentais do processo político, as decisões e as escolhas do caminho do desenvolvimento endógeno.

O tema do desenvolvimento foi igualmente o foco do artigo de Filipa Ganilho. Escudada numa reflexão em torno do desenvolvimento sustentável, embora delimitada nas perspetivas em voga e, sobretudo, trabalhadas até à primeira metade da década de 2010 por disciplinas como a Ecologia, Agronomia, Urbanismo, Sociologia e Economia entre outras, a autora apresenta não só a noção da complexidade do conceito, mas lança igualmente um olhar mais fino para desocultar as implicações desta modalidade ou orientação de desenvolvimento do campo processual do planeamento estratégico regional e local, alertando para a imprescindibilidade duma articulação de esforços multisectoriais, que nem sempre é fácil de operacionalizar a nível das políticas públicas.

Graça Viegas e Carlos da Silva apresentam uma proposta de “estado de arte” sobre a cooperação transfronteiriça, onde reforça a ideia, já apontada por outros estudos sobre esta temática, da importância da mobilização das vontades em torno da cooperação transfronteiriça. Os autores sistematizam uma descrição crítica sobre as diferentes gerações e ou modalidades de relações de fronteira, tomando como pano de fundo as programações políticas e territoriais, tais como o Programa INTERREG. Para os autores, falar em cooperação transfronteiriça não se resume na discussão do papel formal dos intermediários ou agentes políticos, antes porém é relevar a importância das interações de todos os atores, em prol do espaço comum, do sentimento do nós, das solidariedades partilhadas.

Tendo como objetivo compreender os principais procedimentos metodológicos utilizados nas investigações realizadas em Portugal e nos países dos Estados Membros da União Europeia sobre a problemática dos estudantes com necessidades educativas especiais e deficiência no ensino superior e, por outro, desconstruir a informação acerca dos métodos e das técnicas, João Garcia apresenta um trabalho de revisão sistemática sobre o tema. O autor analisou, em contexto nacional, 39 teses de doutoramento, 574

dissertações de mestrado, e 10 artigos a nível internacional, tendo concluído que os temas de estudo são muito abrangentes e complexos, debruçando-se essencialmente sobre a inclusão e as necessidades educativas especiais.

Como relato de experiências práticas, Carlos da Silva, Marcos Olímpio, Saudade Baltazar e José Saragoça apresentam um artigo sobre os processos metodológicos de monitorização e avaliação de projetos de intervenção social e comunitária a nível nacional e europeu (bacia do Mediterrâneo, arco do Atlântico e alguns países do norte e leste da Europa). Baseado nas suas experiências os autores propõe um modelo multidimensional de monitoria e avaliação de alguns projetos de intervenção social, enfatizando a importância duma lógica da ação organizada centrada na participação ativa dos intervenientes.

Em síntese, apresentamos neste número 2 da *Revista Desenvolvimento e Sociedade*, mais do que uma mera aglutinação de textos soltos, a ilustração do interesse em dedicar os nossos esforços para a divulgação sustentada dos trabalhos científicos em Ciências Sociais, em geral, e em Sociologia, em particular. Para garantir o rigor e qualidade dos trabalhos, temos um conjunto de colegas de diversas universidades nacionais e estrangeiras que aceitaram integrar o Conselho Científico-Consultivo e Painel de *Referes*.

Os coordenadores do número 2 da revista *Desenvolvimento e Sociedade*:

Marcos Olímpio dos Santos
Maria Saudade Baltazar
Isabel Ramos
Carlos Alberto da Silva